

Artigo

Oito anos do governo Lula

Apoiado por ampla maioria da opinião pública brasileira (hoje, 87%), Lula governou o País por oito anos. Surpreendeu aliados e opositores. Lula é, também agora, um vitorioso - posso parafrasear-me. Às vésperas de encerrar o governo Lula, avalio-o como o mais positivo de nossa história republicana. O Brasil mudou para melhor.

Entre 2001 e 2008, a renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais que a dos 10% mais ricos. A dos ricos cresceu 11,2%; a dos pobres, 72%. No entanto, há 25 anos, de acordo com o IPEA, metade da renda total do Brasil permanece em mãos dos 10% mais ricos. E os 50% mais pobres dividem entre si apenas 10% da riqueza nacional.

Hoje, os programas de transferência de renda do governo representam 20% do total da renda das famílias brasileiras. Em 2008, 18,7 milhões de pessoas viviam com menos de ¼ do salário mínimo. Não fossem as políticas de transferência, seriam hoje 40,5 milhões. Isso significa que o governo Lula tirou da miséria 21,8 milhões de pessoas.

É falácia alardear que, ao promover transferência de renda, o governo "sustenta vagabundos". Isso ocorre quando não pune corruptos, nepotistas, licitações fajutas, malversação de dinheiro público. No entanto, a Polícia Federal prendeu, por corrupção, dois governadores.

A inflação manteve-se abaixo de 5%, cerca de 11,7 milhões de empregos formais foram criados e o salário mínimo corresponde, hoje, a mais de US\$ 200. Isso permitiu ao consumidor planejar melhor suas compras, facilitado por uma política de créditos consignados e a longo prazo, malgrado as elevadas taxas de juros.

O governo Lula não criminalizou movimentos sociais; buscou o diálogo, ainda que timidamente, com lideranças populares; melhorou as condições dos quilombos; demarcou terras indígenas como Raposa Serra do Sol.

Na educação, o investimento não superou 5% do PIB, quando a Constituição exige ao menos 8%. Embora o acesso ao ensino fundamental tenha se universalizado, o Brasil se compara, no IDH da ONU, ao Zimbábue em matéria de qualidade na educação. Os professores são mal remunerados, as escolas não dispõem de recursos eletrônicos, a evasão escolar é acentuada. Os programas de alfabetização de adultos fracassaram e o MEC se mostrou desastrado na aplicação do ENEM. De positivo, a ampliação das escolas técnicas e das universidades públicas, o sistema de cotas e o ProUni.

Governar é a arte do possível. Implica imprevistos e exige improvisos. Lula soube fazê-lo com maestria. Espero que o governo Dilma possa aprimorar os avanços da administração que finda e corrigir-lhe as falhas, sobretudo na disposição de efetuar reformas estruturais e ampliar o rigor na preservação ambiental. Tomara que a presidente consiga superar a deficiência congênita de sua gestão: o matrimônio, por conveniência eleitoral, entre o PT e o PMDB.

PS: O poder não muda ninguém, faz com que as pessoas se revelem.

Frei Betto – escritor, autor de A mosca azul e Calendário do poder, entre outros livros

VITÓRIA

Trabalhadores comemoram participação nos Conselhos de Administração das empresas



A nova lei sancionada por Lula, nasceu da reivindicação da CUT e demais centrais sindicais e atende demanda histórica dos trabalhadores (pág. 4)

Sindicato promove II Passeio do MotoBancários dia 29/1

O Moto Clube de Bancários visa reunir adeptos do motociclismo dentro da categoria (pág. 2)

Bancários e vigilantes lançam projeto contra "saidinha"

A Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) lançaram projeto no dia 20/12 (pág. 3)

Santander

Banco abre inscrição para bolsas de estudo e funcionários rejeitam terceirização (pág. 2)

Negociação com BNB não avança e o SEEB/CE protesta

A reunião dos membros da CNFBNB/Contraf-CUT com o Banco aconteceu no dia 5/1, no Passaré (pág. 6)

Áureo Júnior é o novo presidente da APCEF/CE



A APCEF/CE já tem uma nova diretoria eleita. As eleições realizadas nos dias 4 e 5 deste mês transcorreram com tranquilidade. A Chapa 1 – APCEF na Luta, a única chapa inscrita no pleito, contou com 613 votos, obtendo um percentual de 89,75% dos votos válidos. A chapa eleita é encabeçada pelo bancário da Caixa, Áureo Júnior (pág. 4)

Santander abre processo de inscrição para bolsas de estudos de 2011

O Santander abriu o processo de inscrição para as bolsas de estudos de 2011. O banco espanhol já divulgou um comunicado interno e os funcionários interessados podem se habilitar até o dia 4 de fevereiro. As inscrições devem ser feitas pela intranet do banco, através do caminho: Intranet > As Pessoas > Autoatendimento > Benefícios > Solicitar Reembolso > Bolsa de Graduação > Solicitar Bolsa.

A concessão de bolsas de estudo está prevista no acordo aditivo do Santander à convenção coletiva, firmada entre a Contraf-CUT, entidades sindicais e o banco. “Trata-se de uma importante conquista da luta dos bancários que auxilia na graduação dos trabalhadores do banco”, destaca o funcionário do Santander e secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr.

Confira a cláusula do aditivo que assegura as bolsas de estudo:

CLÁUSULA SÉTIMA – Bolsas Auxílio Estudo - Serão concedidas aos empregados do SANTANDER e das empresas listadas na Cláusula Abrangência deste Acordo Coletivo, até 2.000 (duas mil) bolsas de auxílio estudo, em valor correspondente a 50% da mensalidade, limitada a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A concessão se dará a partir do mês de fevereiro de 2010, para o ano letivo de 2010 e a partir de fevereiro de 2011, para o ano letivo de 2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão garantidas 12 (doze) parcelas podendo, a critério do aluno, optar por 11 (onze) mensalidades mais a matrícula ou 12 (doze) mensalidades.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As regras que regulamentarão a concessão das bolsas de auxílio estudo serão definidas entre as partes, ficando já acertado, os seguintes parâmetros: empregados com pelo menos 04 (quatro) meses de contrato de trabalho, destinadas, exclusivamente, à 1ª graduação em nível de Bacharelado e Licenciatura e critérios de desempate, tais como: empregado já contemplado com a bolsa em 2009, menor salário, tempo de contrato no Banco e/ou nas empresas listadas na Cláusula Abrangência deste Acordo Coletivo e números de filhos.

PARÁGRAFO QUARTO – Os cursos abrangidos pela presente cláusula e parágrafo terceiro são: Administração de Empresas, Marketing, Ciências Contábeis, Tecnologia da Informação, Economia, Direito, Comércio Exterior e Matemática. Além dos cursos específicos de Gestão de Sistema da Informação, Gestão de Tecnologia da Informação e Propaganda e Marketing, sendo estes últimos três citados, caracteristicamente, com formação em nível de Tecnólogo.

PARÁGRAFO QUINTO – Ficam convalidadas as regras para concessão das bolsas auxílio estudos do exercício de 2010 para o exercício de 2011, sendo que a concessão não será automática, devendo o empregado interessado se inscrever, novamente, em 2011.

PROJETO VERÃO

Bancários rejeitam terceirização de caixas e atendentes no Santander

Em reunião ocorrida em dezembro com o Santander, em São Paulo, a Contraf-CUT e entidades sindicais rejeitaram o Projeto Verão 2010/2011, divulgado em instrução transitória do banco, que prevê a contratação de caixas temporários e promotores de autoatendimento, num total de 140 trabalhadores em 121 unidades, através de uma empresa terceirizada.

“Trata-se de uma medida inaceitável, que precisa ser alterada imediatamente, pois se trata de um baita retrocesso, inclusive na contramão das discussões na Mesa Temática da Fenaban, onde trabalhadores e bancos debatem a reversão de áreas terceirizadas”, afirmou o secretário

de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr. “Queremos a geração de empregos, mesmo temporários, mas sem terceirização e precarização”, destacou.

O banco alegou que “as contratações estão de acordo com a lei e que já realiza esse procedimento desde 2005 para atender o aumento da demanda decorrente do período de veraneio e que outros bancos também o utilizam”, conforme registro do banco em ata. Os bancários afirmaram desconhecimento dessa forma de contratação precarizada.

Os dirigentes sindicais lembraram que vários bancos incentivam o deslocamento de funcionários de

outras agências para o litoral nesta época do ano para auxiliar no atendimento da clientela nas praias. “Essa medida existia no Meridional e no Banespa e sempre funcionou com bons resultados para o banco e os trabalhadores”, salientou o diretor da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro, Paulo Garcez.

Após intenso debate, o banco se comprometeu a avaliar as reivindicações das entidades sindicais. “Esperamos que o banco recue e atenda as demandas dos bancários, que visam preservar os direitos dos trabalhadores e garantir qualidade no atendimento aos clientes do banco”, conclui Ademir.

MOTOBANCÁRI@S

Sindicato promove II Passeio do MotoBancários dia 29/1

Os bancários adeptos do motociclismo participaram do I Passeio do Movimento MotoBancários, que ocorreu no sábado, dia 18/12. O movimento teve como objetivo fundar o Primeiro Moto Clube de Bancários, que tem como finalidade proporcionar a congraçamento de adeptos do motociclismo dentro da categoria.

O I Passeio ocorreu no penúltimo sábado do ano e a concentração para saída foi na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro) a partir das 7 horas, com saída às 7h40. O itinerário foi definido pelos coordenadores do movimento e os participantes do I Passeio do MotoBancários



seguiram até a Praia da Lagoinha, em Paraipaba.

O II Passeio do Movimento MotoBancários será no próximo dia 29 deste mês. Quem quiser participar

deste movimento deve manter contato com Ribamar Pacheco (9155 3632), Bosco Mota (9155 4822) e Mateus Neto (9155 4826) e fazer seu cadastro.

DICA CULTURAL

Festival de Férias traz artistas nacionais para o Ceará

Em sua quinta edição, o festival Férias no Ceará traz artistas nacionais para 22 municípios cearenses. Os shows são gratuitos e contemplam todos os fins de semana do mês de janeiro e o primeiro de fevereiro. O cronograma de shows prevê apresentações nas quintas, sextas-feiras e domingos no Interior e aos sábados, na Capital. Sempre a partir das 20 horas, com a abertura de uma banda cearense.

Os primeiros shows acontecem desde o dia 6/1 em Fortaleza, Limoeiro

do Norte, Iguatu e Camocim, que receberam a banda carioca Kid Abelha e artistas cearenses. A capital continuará na programação ao lado de Sobral, Canoa Quebrada, Crateús, Tianguá, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Beberibe, Caucaia, Crato, Quixeramobim, Quixadá, Jericoacoara, Itapipoca, Canindé, Ubajara, Brejo Santo,

13/01 – Beberibe: Vanessa Da Mata e Groovytown
14/01 – Crato: Vanessa Da Mata e Doppin
15/01 – Fortaleza: Vanessa Da Mata e Julia Dantas
15/01 – Jericoacoara: Jorge Vercillo e Groovytown
16/01 – Itapipoca: Vanessa da Mata e Locomotiva
20/01 – Canoa Quebrada: Nando Reis e Edinho Villas Boas
21/01 – Sobral: Orquestra Experimental de SP
21/01 – Quixadá: Nando Reis e Mafalda Morfina
21/01 – Canindé: Paralamas e Julia Dantas
22/01 – Fortaleza: Paralamas e Eletro Cactus
22/01 – Ubajara: Orquestra Experimental de SP
23/01 – Brejo Santo: Paralamas e Concreto E Asfalto
23/01 – Fortaleza: Orquestra Experimental de SP
24/01 – Maranguape: Orquestra Experimental De SP
26/01 – Tauá: Jota Quest e Arsenic
27/01 – Tianguá: Jota Quest e Doppin
28/01 – Sobral: Jota Quest e Outdoor
29/01 – Fortaleza: Jota Quest e Zero 85
30/01 – Maracanaú: Jota Quest e Bolacha Preta
03/02 – Juazeiro Do Norte: Biquini Cavado e Retroativa
04/02 – Crateús: Biquini Cavado e Zero 85
04/02 – Caucaia: Skank e Soul Pop
05/02 – Fortaleza: Skank e O Verbo
06/02 – Quixeramobim: Skank e Concreto e Asfalto

Maranguape e Tauá.

Entre os artistas que os cearenses poderão prestigiar na capital e no interior, estão Vanessa da Mata, Jorge Versillo, Nando Reis, Paralamas, Jota Quest, Biquini Cavado, Skank e Orquestra Experimental de São Paulo. Na tabela acima, a programação completa do festival.

CONVÊNIO

UVA/Instituto Dom José e SEEB/CE oferecem desconto em curso superior

A UVA em parceria com o Instituto Dom José de Educação e Cultura (IDJ) fechou convênio com o Sindicato dos Bancários do Ceará oferecendo um desconto de 20% nas mensalidades dos cursos de licenciatura em Pedagogia e graduação Tecnológica em Gestão de Recursos Humanos e processos Gerenciais.

O desconto beneficia Bancários Sindicalizados e seus dependentes. As inscrições para o vestibular estão abertas até dia 14/01 e podem ser feitas pelo site do IDJ ou pessoalmente

na sede do Instituto, localizado na Avenida Deputado Oswaldo Studart, nº 487, Fátima. O vestibular acontece no dia 16 de janeiro, das 8 às 12 horas.

Para consultar os locais de aulas, os interessados podem obter maiores informações pelo telefone: 40120700/40126400 ou acessar o site www.idj.com.br.

Informações sobre os convênios do SEEB/CE:
Secretaria de Organização
(85) 3252 4266

CURSO MASTER

Convênio oferece desconto em Curso preparatório ao Concurso BB

O convênio firmado entre o Sindicato dos Bancários do Ceará e Master Cursos Preparatórios para Concursos oferece aos bancários sindicalizados e seus dependentes descontos especiais. Funcionários da ativa, aposentados, pensionistas, ex-bancários – e também seus dependentes em 1º grau – têm direito a desconto de 20% nos cursos preparatórios para concursos e vestibulares ofertados pela instituição.

Para ter direito ao desconto, o bancário deve apresentar a carteira de associado ao Sindicato ou contracheque de pagamento de salário que registre o desconto da mensalidade sindical. No caso dos ex-bancários, a identificação

deverá ser feita mediante a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que ateste a qualidade de ex-bancário da base do SEEB/CE, ou através de declaração fornecida pelo Sindicato.

A carga horária do curso é de 240 h/aula.

Mais informações:

Unidade Master – Aldeota
Rua Maria Tomásia, 22 – Aldeota
Fone: (85) 3208 2222

Unidade Master – Centro
Rua Barão de Aratânia, 98 – Centro
Fone: (85) 3474.8400

TRIBUNA BANCÁRIA

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996

Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino

Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP

Estagiários: Anderson Lima e Cinara Sá – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG

Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

Contraf-CUT e CNTV lançam projeto contra "saidinha de banco"

A Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) lançaram, no dia 20/12, o modelo de projeto de lei municipal para combater o crime de "saidinha de banco". A atividade ocorre no Centro Cultural da Câmara Municipal, no centro da capital baiana, e está sendo organizada pela vereadora Marta Rodrigues (PT).

"Não é proibindo o uso de celulares no interior dos bancos que se impedem terceiros de visualizar os saques de dinheiro dos clientes, mas sim reforçando a estrutura e os procedimentos de segurança dos estabelecimentos", afirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

"Estamos levando o projeto para as câmaras municipais em todo país, buscando proteger a vida de vigilantes, bancários e clientes", destaca o presidente da CNTV, José Boaventura Santos. "Conforme notícias da imprensa, registramos 23 mortes em assaltos envolvendo bancos em 2010, uma média de duas vítimas fatais por mês, sendo nove em saidinhas de banco", alerta o sindicalista.

Os banqueiros possuem recursos sobrando para melhorar as instalações de segurança. Somente até setembro deste ano, os bancos acumularam lucros de R\$ 32,08 bilhões. "Aplicar em recursos para prevenir assaltos não pode ser tratado como custo pelos bancos, mas como investimento na proteção da vida das pessoas", salienta o diretor da Contraf-CUT.

"Os bancos precisam fazer a sua parte, melhorando as precárias condições de segurança privada nos estabelecimentos, assim como os governos devem investir mais na segurança pública, a fim de proteger efetivamente os trabalhadores e a sociedade", conclui Boaventura.

ENQUANTO ISSO, NUMA SAIDINHA BANCÁRIA



O PROJETO

O projeto está baseado na ampliação dos equipamentos e medidas de segurança nos estabelecimentos dos bancos, estabelecendo:

- Equipamentos de prevenção:
 - portas giratórias com detectores de metais antes do autoatendimento, com recuo após a fachada externa para facilitar acesso contendo armário de portas individualizadas e chaveadas para guarda de objetos de clientes;
 - câmeras de filmagem em tempo real com monitoramento externo nas áreas de circulação de clientes nos bancos, incluindo calçadas externas e estacionamento, onde houver;
 - vidros blindados nas fachadas externas, no nível térreo e nas divisórias internas das agências e postos de atendimento no mesmo piso.
- Equipamentos para privacidade nas operações:
 - divisórias opacas e individualizadas, com altura de dois metros entre os caixas, inclusive nos caixas eletrônicos, para garantir a privacidade dos clientes durante as suas operações bancária;
 - biombos ou estrutura similar, com altura de dois metros entre a fila de espera e a bateria de caixas das agências, bem como na área dos terminais de autoatendimento, cujos espaços devem ser observados pelos vigilantes e controlados pelas câmeras de filmagem, visando impedir a visualização das operações bancárias por terceiros.
- Equipamentos para melhorar as condições de trabalho dos vigilantes:
 - uso de colete à prova de balas, arma de fogo e arma não letal autorizada;
 - assento apropriado e escudo de proteção,
 - proibição ao vigilante de exercer qualquer outra tarefa que não seja a de segurança.

PREVI

Dest aprova proposta de utilização do superávit do Plano 1

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) aprovou no dia 27/12, a proposta de alteração do Regulamento do Plano 1 que trata da utilização do superávit da Previ e que já havia sido referendada pelos participantes em consulta encerrada no dia 15. Os associados do Plano 1 aprovaram a destinação do superávit pelo voto favorável de mais de 80% dos votantes.

A proposta segue agora para o Ministério da Fazenda e para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Só depois de aprovadas pela Previc, as mudanças poderão ser implementadas.

A diretoria da Previ já aprovou as alterações no regulamento no dia 16, o Conselho Deliberativo também votou favorável no dia 17

e o Conselho Diretor do Banco do Brasil referendou-as no dia 20. Em três dias úteis, três etapas cumpridas.

O pedido de aprovação junto ao Ministério da Fazenda e à Previc já foi objeto de reuniões prévias com dirigentes sindicais, eleitos da Previ e representantes do banco para expor detalhes do novo regulamento e solicitar agilidade no processo.

Somente com a aprovação final dos órgãos de governo, os benefícios especiais temporários poderão ser pagos aos associados. "Estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance para agilizar a aprovação e deixar a Previ preparada para fazer o pagamento assim que houver o sinal verde da Previc", reitera José Ricardo Sasseron, diretor eleito de Seguridade da Previ.

ACORDO

Distribuição do superávit da Previ vai também beneficiar a Cassi

O acordo sobre a destinação do superávit do Plano 1 da Previ, aprovado por mais de 80% dos associados na consulta nacional realizada entre os dias 9 e 15 de dezembro, acabou por beneficiar indiretamente também a Cassi, o plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil. Uma das cláusulas do acordo, negociada pela Contraf-CUT, pelos dirigentes eleitos da Previ e demais entidades do funcionalismo do BB, entre outras coisas, criou um novo benefício correspondente a 20% sobre o complemento de aposentadoria – tanto para os aposentados ou pensionistas, que já começaram a receber, quanto para os associados da ativa, que começaram a embolsar os valores depois que se aposentarem.

Sobre o montante referente aos 20% de complemento de benefícios, os associados contribuirão com 3% à Cassi e o Banco do Brasil com outros 4,5%, que é a proporção a ser paga pelo banco prevista no Estatuto da Caixa de Assistência.

MELHORAR O ATENDIMENTO

– "Essa entrada de novos recursos é muito importante para a Cassi. É mais dinheiro para investirmos na melhoria do atendimento, o que também vai reverter em benefício dos associados", comemora Fernanda Carisio, vice-presidente (eleita) do Conselho

Deliberativo da Caixa de Assistência.

Fernanda lembra que o Plano de Associados sofreu muito quando o funcionalismo ficou sete anos sem ter reajuste, no governo passado. "Foi um período pesado para os funcionários, que ficaram tantos anos sem ter reajuste salarial, e também para a Cassi, que ficou sete anos sem reajuste nas contribuições enquanto a inflação médica não parou de subir", afirma a conselheira deliberativa eleita.

A nova contribuição para a Cassi ocorrerá sempre que houver pagamento da Previ ao associado referente ao Benefício Temporário de 20%. A regra vale tanto para o aposentado que receber o crédito das 12 parcelas acumuladas quanto para o pagamento mensal do Benefício Temporário enquanto durar o superávit da Previ.

Para os funcionários da ativa, a contribuição ocorrerá no momento de sua aposentadoria, quando receber o saldo de sua conta individualizada com os depósitos de 20% de complemento. A partir do momento em que se aposentar, passará a contribuir à Cassi considerando esse percentual adicional sobre sua aposentadoria.

Em todas essas situações, o Banco do Brasil assumirá seu compromisso solidário com a Cassi, no percentual de 4,5%.

HOMOSSEXUAL

Empresa condenada por discriminação

Uma empresa foi condenada na 29ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte por discriminação, preconceito e desprezo contra um trabalhador homossexual. A sentença, que ainda pode ser contestada, exige o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil, segundo o site JusBrasil.

O trabalhador relatou que era alvo constante de brincadeiras de mau gosto, termos pejorativos e comentários maldosos proferidos pelo coordenador. A vítima disse ainda que tentou acabar com a prática por meio de uma conversa, mas não adiantou. O resultado foi um sentimento de vergonha e discriminação, seguido de depressão e de um afastamento para tratamento psiquiátrico à base de medicamentos. Ao retornar ao trabalho, ficou sabendo ainda que o coordenador havia proibido seus colegas de conversar com ele.

Durante o andamento do processo, testemunhas relataram que,

em uma determinada ocasião, o trabalhador estava mostrando aos colegas fotos de uma viagem que fizera, quando o coordenador arrancou o notebook e passou a mostrar para todos no recinto repetindo que as fotos eram de um "viadinho". Disseram ainda que era comum o agressor dizer que o ambiente de trabalho estava muito "fresco", dentre outros relatos.

"Os atos praticados pelo coordenador da reclamada são de tamanha gravidade que se pode concluir que o quadro depressivo foi a resposta imediata do autor (da ação, o trabalhador) às agressões morais sofridas", acrescentou a juíza substituta Sandra Maria Generoso Thomaz Leidecker. Para ela, ficou claro que o coordenador tinha o hábito de fazer piadas sobre homossexualismo, deixando a equipe perplexa e criando um clima tenso. Salientou ainda que não há como deixar de reconhecer que os fatos narrados contribuíram para quadro depressivo.

SORTEIO

Bancário cearense ganha carro da campanha "Natal Amigo" da Fenae

São da região Nordeste os ganhadores dos carros zero quilômetro sorteados no dia 21 de dezembro, pela campanha "Natal Amigo", realizada pelo Circuito Fenae/Apcef e pelo programa Sempre ao Lado. Joelton Maia Bezerra, da agência José Alencar, em Fortaleza/CE, levou o veículo sorteado somente entre os associados das Apcefs.

Já João Geminiano da Costa Neto, da agência Bom Jesus (PI), foi contemplado com outro carro sorteado entre todos os participantes

da promoção. O sorteio aconteceu na sede da Fenae, em Brasília. O próprio diretor-presidente da Federação, Pedro Eugênio Leite, informou aos participantes que haviam sido contemplados.

Joelton Maia estava no trabalho quando recebeu a notícia e ficou emocionado. Ele entrou na Caixa em 1990 e, desde então, é associado da Apcef/CE. Atualmente, ele é caixa da agência José Alencar, em Fortaleza. Contemplado pela primeira vez, destacou esta iniciativa como forma de criar maior

integração dos associados com a Fenae. "Além dessas promoções, que a gente procura sempre participar, têm projetos como "Eu Faço Cultura", que são importantíssimos", enfatizou.

O outro ganhador do "Natal Amigo" também está na Caixa há 20 anos e é gerente geral da agência Bom Jesus. João Geminiano informou que, apesar do pouco tempo disponível, procura participar das promoções do Mundo Caixa. "Estou muito feliz por ter sido contemplado", ressaltou.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lula atendeu reivindicação histórica dos trabalhadores

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 12.353, que trata da participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto "foi importantíssima vitória para os trabalhadores", disse Jacy Afonso, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP e da Executiva Nacional da CUT.

A nova lei nasceu por demanda e ação da CUT e demais centrais sindicais e "atendeu demanda histórica dos trabalhadores", destacou Afonso. Foi um compromisso de Lula, que não queria que outro governo simplesmente revogasse esta demanda do movimento sindical. Em razão disso encaminhou para apreciação do Congresso o projeto de lei, a fim de que se transformasse numa questão de Estado. Para Afonso, a lei, ao ser implementada permitirá ao trabalhador, por meio do sindicato, ter "visão estratégica", destacou, pois este "percebe o debate na empresa", agregou.

O diretor do DIAP também acrescentou que essa participação pode contribuir com a solução dos problemas da empresa. "O conselheiro não substitui o sindicato", chamou a atenção Jacy Afonso. Essa participação agrega mais força à organização dos trabalhadores já que esse representante contribui com a fiscalização da empresa. São os olhos dos empregados em setor estratégico da corporação.



O artigo 2º da Lei 12.353 prevê que "os estatutos das empresas (...) deverão prever a participação nos seus conselhos de administração de representante dos trabalhadores, assegurado o direito da União de eleger a maioria dos seus membros". E o parágrafo 1º, do artigo 2º, determina que "o representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública ou sociedade de economia mista, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem".

"O representante dos empregados está sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de conselheiro de administração previstos em lei e no estatuto da respectiva empresa", estabelece o parágrafo 2º da lei. "O Conselheiro de administração representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam as relações sindicais, renumeração,

benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse". Este dispositivo é também para resguardar o "poder negocial" dos sindicatos. O Ministério do Planejamento "editará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei", indica o artigo 7º da norma.

ORIGEM E TRAMITAÇÃO – A nova lei nasceu do projeto de lei (PL 3.407/08) do Executivo e teve tramitação relativamente rápida no Congresso, sendo aprovada conclusivamente pelo Senado (PLC 61/10), mais especificamente pela Comissão de Assuntos Sociais (mérito) e teve como relator o senador Paulo Paim (PT-RS), cujo parecer favorável foi aprovado no colegiado em 15/12. A proposição foi apreciada também pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, cujo parecer favorável foi emitido pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

ELEIÇÃO

Áureo Júnior é eleito novo presidente da APCEF/CE

A APCEF/CE já tem uma nova diretoria eleita. As eleições realizadas nos dias 4 e 5 deste mês transcorreram com tranquilidade e contaram com a massiva participação dos associados.

A Chapa 1 – "APCEF na Luta", a única chapa inscrita no pleito, contou com 613 votos, obtendo um percentual de 89,75% dos votos válidos. A chapa eleita é encabeçada pelo bancário da Caixa, Áureo Júnior, que também é diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará.

Os votos em branco da eleição totalizaram 70, correspondendo a 10,25% do percentual.

Ao todo, 789 associados compareceram às urnas na Capital e Interior.

O presidente eleito da APCEF/CE, Áureo Júnior, agradeceu a votação expressiva e afirmou que



pretende continuar a história de luta da entidade. "É com muita satisfação que estaremos a frente dessa entidade, buscando sempre o que for melhor para os empregados da Caixa", disse.

CONHEÇA OS COMPONENTES DA CHAPA 1 - APCEF NA LUTA:

DIRETORIA EXECUTIVA

José Áureo de Oliveira Júnior – Presidente
Rochael Almeida Sousa – Vice-Presidente
Elvira Ribeiro Madeira – 1ª Secretária
Ricardo Lessa de Castro – 2º Secretário
Antonio Laércio Andrade de Alencar – 1º Tesoureiro
Antonio Sancho de Carvalho Araújo Filho – 2º Tesoureiro
Alexandre Rodger Cardoso Albuquerque – Dir. Rel. Trabalho

CONSELHO DELIBERATIVO

Rubenita Alves Moreira – 1ª Titular
André Luis Meireles – 2º Titular
Túlio Roberto Nogueira Menezes – 3º Titular
Carlos Rogério de Oliveira Montenegro – 4º Titular
José Aloísio Alves Ferreira – 5º Titular
Débora Souza da Silva – 6ª Titular
Francisco Erismar da Silva – 7º Titular
Marcos Aurélio Saraiva Holanda – 1º Suplente
Eduardo Ruy Sá Gadelha – 2º Suplente
John Kennedy Ribeiro – 3º Suplente

CONSELHO FISCAL

Francisco Eudásio Sousa Araújo – 1º Titular
Mauro Barbosa Marques – 2º Titular
João Vianey Nogueira Martins – 3º Titular
Cícero Alves Correia – 1º Suplente
Antonio Alex Queiroz de Oliveira – 2º Suplente
Marcos Rogério Ribeiro – 3º Suplente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CEF divulga aos empregados regras para promoção por mérito

A Caixa Econômica Federal divulgou para seus funcionários a comunicação eletrônica CE SUDHU/GEDES 071/2010, referente ao processo de avaliação para promoção por mérito de 2011. O banco divulgou uma cartilha que busca esclarecer as regras para participação, critérios e sistemática de avaliação, entre outros pontos relativos ao processo.

Definidas em negociação entre banco e trabalhadores na comissão paritária específica para o tema, as regras divulgadas pelo banco incluem muitas reivindicações dos bancários, mas apresentam pontos que podem ser melhorados. No acordo firmado na campanha salarial do ano passado, a Caixa comprometeu-se com o pagamento da promoção de 2010 até março de 2011, retroativa a 1º de janeiro.

A avaliação contemplará critério objetivos (frequência, conclusão da Trilha Fundamental Caixa e PCMSO) e subjetivos, sendo dois fixos escolhidos pela Caixa (em 2010, atendimento ao cliente e foco no interesse público) e dois escolhidos pelos bancários de cada unidade

Todos os empregados estão aptos a participar da seleção, exceto aqueles que estejam nas seguintes condições:

- Empregado que apresentou menos de 180 dias de efetivo exercício durante o ano de 2010;
- Empregado desligado por qualquer motivo durante o ano de 2010;
- Empregado que teve aplicação de penalidade de suspensão (Ocorrência 60) durante o ano de 2010;
- Empregado que teve aplicação de penalidade de advertência (Ocorrência 300) durante o ano de 2010 e já tenha sofrido outra penalidade desta modalidade durante a vida funcional;
- Empregado com contrato de trabalho suspenso em 31/12/2010;
- Empregado que tenha recebido censura ética durante o ano de 2010 (Ocorrência 1423).

da seguinte lista: Capacidade de Solucionar Problemas; Conhecimento do Trabalho; Disposição para Mudanças; Iniciativa e Criatividade; Relacionamento Interpessoal e Atitude Colaborativa no Trabalho.

O método de avaliação será cruzado, contemplando auto-avaliação, avaliação entre os colegas – devendo cada empregado ser avaliado por dez pessoas que serão escolhidas de forma aleatória – e avaliação

pelo gestor da unidade. O gestor também será avaliado pelo mesmo método. A avaliação resultará numa nota de 0 a 10, sendo que todos os bancários que obtenham pontuação igual ou superior a 8,2 serão promovidos em um delta. Além disso, um segundo delta será distribuído entre os empregados com maiores notas em cada unidade, respeitada a proporcionalidade da lotação existente e o limite orçamentário.

CNT/SENSUS

Pesquisa revela que 69,2% dos brasileiros esperam governo positivo de Dilma

A presidente Dilma Rousseff assumiu a chefia do Executivo com boa expectativa entre os brasileiros: 27,7% acreditam que ela fará ótimo governo e 41,5% esperam uma boa administração. É o que mostra a 110ª Pesquisa CNT/Sensus. Um governo regular é aguardado por 17,6% dos entrevistados, 3,7% acreditam que será ruim e 2,7%, péssimo.

A saúde pública foi indicada por 46% dos entrevistados como o problema prioritário que Dilma Rousseff precisará enfrentar. A porcentagem é duas vezes maior que a do problema apontado em segundo lugar, a educação pública (19,5%). Em seguida, vêm violência urbana (15,1%); geração de empregos (9,2%); habitação (3,1%); transporte público (2,8%); estradas (1,5%); e saneamento (1,3%).

A expectativa para a economia no governo Dilma também é boa: 43,7% acham que o Brasil crescerá muito nos próximos anos, 39,8% que se desenvolverá um pouco e 7,5% acham que não haverá crescimento. Na área social, a expectativa é muito semelhante: 43% acham que haverá

um grande avanço, 39,8% esperam desenvolvimento moderado e 8% acham que não haverá avanços.

Grande parte dos brasileiros (65%) acredita que Dilma dará continuidade ao governo Lula, enquanto 23% dos entrevistados discordam dessa possibilidade. Os entrevistados também foram ouvidos sobre a influência de Lula na formação do ministério de Dilma: 27,5% acreditam que os ministros foram indicados principalmente por Lula, 24,8% que foi Dilma quem indicou, 18,7% atribuem a escolha aos partidos da coligação e 16,7% ao PT. A maioria dos entrevistados (69%) considerou a formação ministerial entre regular e ótima.

Entre as reformas sociais aguardadas no governo Dilma, a mais esperada é a trabalhista (28,7%), seguida pela política (20,9%); tributária (11,5%); previdenciária (10,1%); judiciária (9,4%) e agrária (7,4%). A pesquisa CNT/Sensus ouviu 2 mil pessoas em 136 municípios de 24 estados, entre os dias 23 e 27 de dezembro. A margem de erro é de 2,2% para mais ou para menos.

AÇÃO DE EQUIPARAÇÃO:

Funcionários do BNB cobram solução para o impasse

Funcionários ativos e aposentados do Banco do Nordeste realizaram no dia 20/12, na agência Fortaleza/Centro (Edirb), um ato de manifestação contra a indefinição nas negociações de equiparação das comissões do BNB às do Banco do Brasil.

A chamada Ação de Equiparação é uma ação trabalhista de 1988 não cumprida pelo BNB, o que levou os funcionários do Banco a entrar na Justiça em 1990. “Nós ganhamos essa ação em 2002. De lá pra cá, tentamos negociar com o Banco e não temos conseguido nenhum resultado. E como a administração do Banco está terminando agora, nós temos que dar uma pressa maior nessa questão pra ver se resolve”, disse Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e co-

ordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do Banco do Nordeste (CNFBNB/Contraf-CUT).

Para simbolizar a longa espera, os manifestantes distribuíram santinhos do Santo Expedito (padroeiro das causas urgentes) e levaram um bolo para comemorar os 22 anos do impasse. A manifestação dividiu a atenção dos presentes com a apresentação dos corais do SEEB/CE e da AFABEC. Entre uma canção e outra, Tomaz de

Aquino cobrou uma posição da direção do Banco. “Está faltando boa vontade do Banco. A gente não aceita mais esse tipo de enrolação”, afirmou.

Atualmente, as ações do Sindicato para reverter a situação são políticas.. “Se essa última tentativa não der certo, nós vamos fazer a execução judicial”, disse Tomaz. Segundo o diretor, o Sindicato está agilizando o processo de apuração de valores para dar início à fase judicial.

Foto: Sec. Imprensa/SEEB-CE



BNB

Beneficiários decidem por execução da ação das folgas

Os funcionários do BNB, beneficiários da ação das folgas, que participaram da assembleia realizada no dia 29/12, decidiram, por unanimidade, iniciar o processo de execução do processo na Justiça diante do impasse com o Banco sobre os reais valores da ação.

Durante a primeira assembleia, realizada em 5/5, os beneficiários da ação aprovaram a proposta do Banco juntamente com outra proposta de acordo do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Entretanto, a ação das folgas teve sua homologação suspensa pelo Sindicato devido à constatação de que a diferença devida é de dez e não de cinco folgas, conforme calculado pelo Banco. Para agilizar o desfecho do acordo, o Sindicato propôs o pagamento dos valores que já foram divulgados e o saldo creditado para utilização, mas até agora não recebeu qualquer resposta. Diante do silêncio da direção do BNB, o Sindicato decidiu realizar nova assembleia e os beneficiários decidiram pela suspensão do acordo anteriormente aprovado e execução da ação na Justiça.

“Já fizemos um acordo abrindo mão de nossos direitos já que a proposta do Banco oferecia 65% do valor. Mas diante do equívoco no cálculo, o percentual que teríamos direito cai para cerca de 30% e isso o Sindicato não pode aceitar. Entretanto, é importante enfatizar que nossa atitude de entrar com a execução da ação não encerra o canal de negociação com o Banco e estaremos dispostos a negociar



uma nova proposta de acordo caso as negociações apontem para isso”, avaliou o diretor do Sindicato e coor-

denador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT), Tomaz de Aquino.

Fotos: Drawlio Joca

PREVIDÊNCIA

INSS e bancos fecham acordo para pagamento de benefícios

A partir de 1º de julho de 2011, os bancos pagadores de benefícios passarão a remunerar o Instituto Nacional Seguro Social (INSS) pela prestação dos serviços de processamento e pagamento da folha dos benefícios previdenciários concedidos até 31 dezembro de 2009. A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o INSS assinaram no dia 29/12, acordo que libera, por mais seis meses, até julho de 2011, o Instituto e os bancos de qualquer custo pelo pagamento da folha de benefícios previdenciários aos brasileiros.

A expectativa é que nesses seis meses, o INSS e a Febraban finalizem o contrato que prevê a precificação do estoque de benefícios concedidos até 31 de dezembro de 2009, cujo custo será absorvido pelos bancos. Nesse período, devem ser feitas também as adaptações de sistemas da previdência e do sistema financeiro para a aplicação das novas regras do contrato oneroso vigente a partir do dia primeiro de julho de 2011.

Até setembro de 2007, instituições financeiras recebiam pelo

serviço de pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes. A partir daquele mês, a situação mudou. Foi fechado um acordo no qual o pagamento permaneceu sendo feito pelas mesmas instituições sem ônus financeiro para qualquer das partes.

Em agosto de 2009 foi feita a licitação da folha de benefícios e, a partir de janeiro de 2010, os bancos passaram a remunerar o INSS pelo direito de pagar os novos benefícios concedidos daquele mês em diante.

A estimativa é que a partir de 1º de julho de 2011, o INSS seja remunerado mensalmente em R\$ 5,6 milhões, montante que corresponde ao pagamento de 25,6 milhões de benefícios. Os bancos manterão os mesmos serviços oferecidos atualmente aos beneficiários da Previdência Social. Aposentados e pensionistas têm direito a uma transferência entre contas correntes gratuita por mês, extrato mensal de benefícios impresso no terminal de atendimento automático e outros serviços.



TRABALHADORES

Reajuste do mínimo para R\$ 540,00 perde para inflação do ano, lamenta Dieese

A confirmação do salário mínimo a R\$ 540,00 a partir de janeiro de 2011 leva o governo Lula a um fato inédito: em oito anos de mandato, este é o primeiro em que não haverá aumento real. Estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na quinta-feira 30/12 considera a medida um equívoco. O reajuste de 5,88% – de R\$ 510,00 para R\$ 540,00 – faz com que o mínimo perca para a inflação em 0,55%. O Dieese defende que deveria ser assegurada, ao menos, a reposição provocada pelo aumento dos preços.

O novo valor do piso salarial nacional foi definido a partir de uma fórmula negociada entre o governo e centrais sindicais. O acordo que define a política de valorização do salário mínimo prevê que a correção se dê pela combinação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anteriores mais a variação da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (INPC) no período. Neste caso, o valor do salário de 2011 é definido pelo PIB de 2009, que teve variação negativa de 0,6%, mais o INPC de janeiro a dezembro de 2010, estimado em 6,47%. “Para que o mínimo tenha a mesma variação do INPC, o valor deveria ser de R\$ 543,00”, pontua o Dieese.

O governo Lula chega ao fim com aumento real de 52,83% para o mínimo, tendo sido o reajuste de 2006 o mais representativo, com ganho de 13% para os trabalhadores.

No começo deste ano, a valorização real foi de 6,02%. O poder de compra do salário entre 2003 e 2010 passou de pouco mais de uma cesta básica para 2,04 cestas básicas. Os dados do Dieese indicam que, mesmo com a elevação menor que a inflação, o mínimo vai injetar R\$ 18 bilhões na economia, beneficiando diretamente 47 milhões de pessoas.

INSATISFAÇÃO – Com um quadro tão favorável nos anos anteriores, as centrais sindicais não esconderam a insatisfação com o reajuste proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso. Artur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que a elevação a R\$ 540,00 contradiz ao mesmo tempo a postura do atual governo e o mote de campanha de Dilma Rousseff, que era a redução da desigualdade e o fim da pobreza.

“Punem-se os trabalhadores brasileiros pela crise internacional iniciada em 2008, sobre a qual não tiveram responsabilidade alguma, e não se reconhece o papel importante que tiveram na superação dessa mesma crise”, criticou Artur Henrique.

As centrais lembram ainda que a política de valorização do salário mínimo é uma das responsáveis pelo ciclo de crescimento da economia e pela redução da pobreza e da desigualdade. O governo não pode esquecer que um salário mínimo digno é uma forma de distribuir renda.

SEEB/CE participa de reunião da CNFBNB com o Banco e questiona processo

No último dia 5/1, a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) se reuniu com a Superintendência de Desenvolvimento Humano do Banco do Nordeste na retomada da mesa de negociação do acordo específico 2010/2011. Na oportunidade foram apresentadas ao BNB as cláusulas de benefícios da minuta específica aprovada no último Congresso dos Funcionários e, mais uma vez, a resposta foi “não” à quase totalidade das reivindicações apresentadas.

O Sindicato dos Bancários do Ceará, presente à negociação, protestou contra a forma como a direção do Banco vem tratando as demandas do funcionalismo, sempre com evasivas e culpando o DEST.

ISONOMIA – O Banco informou aos representantes da Comissão Nacional que as cláusulas referentes à isonomia de tratamento – licença-prêmio para os novos, bônus jornada plena, isonomia, abono 31 dias e férias de 35 dias – não dependem da direção da instituição e necessitam de autorização do DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) por se tratarem de novos benefícios. A CNFBNB/Contraf-CUT, por sua vez, ressaltou que vai continuar insistindo nessas reivindicações.

Quanto às denúncias de falta de isonomia nas Centrais de Retaguarda Operacional, o Banco comprometeu-se em trazer na próxima reunião, agendada para o dia 20/1, um parecer sobre o estudo que está sendo realizado sobre o comissionamento na CRO.



Foto: Drawlio Joca

OUTRAS CLÁUSULAS – Com relação à concessão de tickets e cesta alimentação para aposentados, o Banco negou alegando que o vínculo com a empresa já não existe, portanto entendendo que o benefício não é devido. Quanto ao aumento da distância mínima para a concessão do vale transporte para 200km, o Banco alegou que a distância atual, de 130km, já é distância máxima considerada pela empresa levando em conta a segurança do trabalhador.

Quanto ao aumento do limite das consignações, o Banco informou que não concorda pois isso pode acarretar num aumento do índice de endividamento do funcionalismo.

CAMED E PCR – As comissões paritárias que vão discutir Camed e a revisão do PCR devem iniciar os trabalhos já na segunda-feira, dia 10/1. Na ocasião, a CNFBNB/Contraf-CUT manifestou seu protesto contra o reajuste de 6,7% das taxas cobradas pela Camed, feito de forma unilateral, sem consulta às entidades.

ASSÉDIO MORAL – A Comissão Nacional cobrou ainda que, de acordo com o previsto na Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários, seja instalada no BNB uma comissão para discutir assédio moral. O Banco concordou com a instalação e os detalhes da comissão serão discutidos na próxima reunião com a instituição, dia 20/1.

PONTO ELETRÔNICO – A CNFBNB/Contraf-CUT cobrou também uma posição do Banco quanto à instalação do ponto eletrônico. A SDH não apontou nenhuma data para a implantação do sistema, que segundo informações, ainda está no campo da licitação da tecnologia. Entretanto, o coordenador da Comissão, Tomaz de Aquino, afirmou que as entidades estão dispostas, inclusive, a buscar a via judicial caso a pendência não seja resolvida, já que se trata de uma reivindicação antiga dos funcionários, constante de acordo coletivo.

RECONHECIMENTO

Lula sai do governo com maior aprovação na história do Brasil e do mundo

Nunca antes na história deste país (e do mundo) um presidente em final de mandato obteve, em uma pesquisa de opinião pública, aprovação popular igual à obtida por Lula. Segundo o coordenador da pesquisa do Instituto Sensus, realizada para a Confederação Nacional do Transporte (CNT), os 87% alcançados por Lula ficam acima do índice obtido pela a presidente chilena Michelle Bachelet ao final de seu mandato, que chegou a 84%. Tabaré Vázquez, ex-presidente do Uruguai, com 80% de aprovação, assim como Nelson Mandela, com 82%, e Franklin Delano Roosevelt, com 66%, ficaram todos abaixo do patamar do Lula.

Não se trata de incensar o presidente Lula. Trata-se de entender os números da aprovação. A pesquisa CNT/Sensus procurou saber também a avaliação popular sobre o governo Lula e constatou que 83,4% consideram positivo seu desempenho, 13,7% "regular" e 2,2% a entendem como negativa. Comparativamente ao governo FHC, que terminou com a aprovação de 24,3% dos eleitores, a aprovação do atual governo é 59,1 pontos percentuais mais elevada do que a do governo que o antecedeu. Não se trata, portanto, de mera simpatia pessoal ou do "carisma" de Lula contra a falta de "carisma" de FHC.

Os eleitores avaliaram também o que o Instituto Sensus denomina de Índice Cidadão, formado pela ponderação da opinião popular sobre o emprego, a renda mensal, a saúde, a educação e a segurança pública. Comparativamente à pesquisa de maio, a de dezembro revelou o aumento na avaliação positiva do fator emprego, que subiu de 57,8% para 63,7%, da renda mensal, de 38,3% para 39,6% e da segurança pública, de 26,3% para 38,1%. No mesmo período, piorou a avaliação da saúde, de 31,8% para 30,3%, e da educação, de 48% para 43,3%.

Ainda que algumas variações estejam na margem de erro de 2,2% admitida na pesquisa, os números revelam que a opinião popular se mantém crítica, sabendo pesar avanços, estagnações e recuos. O que não impede, entretanto, que a



imensa maioria dos eleitores aprove a atual gestão.

A chave para o entendimento da altíssima aprovação do atual governo está revelada na própria pesquisa CNT/Sensus. Inquiridos sobre a avaliação do desenvolvimento econômico e sobre o desenvolvimento social, os eleitores manifestaram-se positivamente para ambos os aspectos: 63,9% entendem que o Brasil se desenvolveu muito do ponto de vista econômico durante o governo Lula, contra apenas 3,7% que acham que não ouve avanço; e 57,8% opinam que o Brasil se desenvolveu muito do ponto de vista social, contra apenas 2,6% que respondem que este avanço não ocorreu.

Como se poderia esperar diante dos números anteriores, o otimismo com o futuro governo Dilma Rousseff é também elevado. Se, de um lado, isto lhe dará fôlego para as primeiras ações, de outro, poderá vir a se constituir em fator de pressão, caso os resultados de suas primeiras ações demorem a aparecer.

Há concordância de 65% dos eleitores com a afirmação de que "o Governo Dilma será a continuidade do governo Lula", enquanto 43,7% e 43% esperam "que o Brasil se desenvolva muito" do ponto de vista econômico e do ponto de vista social nos próximos quatro anos do governo Dilma. Há, sem dúvida, muito ainda a fazer, mas há que se reconhecer que o que foi feito nos oito anos de governo de Luis Inácio Lula da Silva é muito mais do que o que foi feito pela maioria dos governos que o antecederam.

OUTROS TOQUES

Câncer de tireóide
Pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) identificaram um conjunto de proteínas que pode ajudar no diagnóstico do câncer de tireoide. A ideia é criar um exame capaz de diferenciar com precisão os nódulos benignos dos malignos, evitando intervenções cirúrgicas desnecessárias. Os testes clínicos começam em janeiro. "Apenas de 5% a 10% dos casos submetidos à cirurgia têm resultado de tumor maligno. A maioria das intervenções é desnecessária, só onera o sistema de saúde", diz a geneticista Janete Cerutti, principal autora do estudo.

Economia
Os brasileiros continuam otimistas em relação à situação socioeconômica do País. Apesar de leve queda de um ponto no Índice de Expectativas das Famílias (IEF) com relação a novembro, o índice registrado em dezembro foi de 64,6 pontos, dentro da faixa de otimismo. A região mais otimista continua sendo o Centro-Oeste, seguido pelo Sul. O Sudeste permanece em terceiro lugar, seguido pelo Norte e pelo Nordeste, que apresentaram, em dezembro, queda significativa no indicador. O IEF aborda a expectativa das famílias nos quesitos situação econômica nacional.

"Precisarei muito do apoio de todos vocês. Quero pedir o apoio de todos, de leste a oeste, de norte a sul de todo o País. Se todos trabalharmos pelo Brasil, o Brasil nos devolverá em dobro o nosso esforço. E que Deus abençoe o Brasil e o povo brasileiro"

Presidente Dilma Rousseff, na cerimônia de posse.

Formalização
Uma instrução normativa da Receita Federal autoriza, desde 1º/1, a prática dos sacoleiros sob condições previstas na Lei dos Sacoleiros, que pretende legalizar e trazer para a economia formal as pessoas que compram mercadorias estrangeiras no Paraguai e revendem no Brasil. Os viajantes têm limite de compras de R\$ 110 mil por ano e para se cadastrarem na Receita e importar produtos é preciso ter uma microempresa cadastrada no Simples. Além disso, pagará um imposto unificado de 25%, mais o ICMS do Estado. A lei autoriza, principalmente, eletrônicos e peças de computadores. E não poderão ser importados itens como brinquedos, roupas, pneus e perfumes.

Saúde na internet
Pesquisa da Bupa Health Pulse revela que os brasileiros estão em 4º lugar entre os que mais buscam informações de saúde na internet. O 1º lugar é dos russos, seguidos pelos chineses e pelos mexicanos. A pesquisa entrevistou mais de 12 mil pessoas em 12 países e descobriu que 81% das pessoas que acessam a internet usam a rede para pesquisar sobre saúde, remédios ou médicos. "Novas tecnologias estão ajudando mais pessoas ao redor do mundo a descobrir mais sobre saúde e a tomar decisões mais embasadas", disse o pesquisador David McDaid.



DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO	<input type="checkbox"/> INFORMADA PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> PORTADOR OU SINDICO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> OUTROS:	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/>